

ACTA NÚMERO 86/XI/2ª

11.Janeiro.2011 – 16h00

Aos 11 dias do mês de Janeiro de 2011, pelas 16h00, reuniu na sala 6 do Palácio de São Bento, em Lisboa, a Comissão de Educação e Ciência, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Aprovação de acta

3. Comunicações do Presidente

4. Projecto de Lei nº 462/XI, do CDS-PP - Regime relativo ao financiamento dos estabelecimentos de ensino particulares e cooperativos, que procede à 5ª alteração ao Decreto-Lei nº 553/80 (Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo).

- Deliberação sobre a sequência da apreciação na especialidade, com discussão e votação na Comissão, atenta a publicação do Decreto-Lei nº 138-C/2010, de 28 de Dezembro, que *Regula o apoio do Estado aos estabelecimentos de ensino particular e cooperativo, procedendo à quarta alteração do Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo.*

5. Petição nº 124/XI/2ª - Associação Nacional de Apoio Terapêutico - Solicita que a Segurança Social tome medidas adequadas, conforme à lei e uniformizadas no tocante à atribuição do subsídio de educação especial /art.º 13º n.º2 alínea a) do Decreto-Regulamentar n.º 14/81, de 07 de Abril)

- **Apreciação da nota de admissibilidade**
- **Atribuída ao CDS-PP - Deputado Relator?**

6. Requerimento do CDS-PP – Audição da Ministra da Educação para prestar esclarecimentos sobre o futuro das Escolas com Contrato de Associação

- **Apreciação e votação**

7. Requerimento do BE – Audição da Ministra da Educação na Assembleia da República, em sede da Comissão Parlamentar de Educação e Ciência, para prestar os devidos esclarecimentos relativos a: à Resolução n.º 101-A/2010; o projecto de Decreto-Lei sobre alterações curriculares; o projecto de despacho sobre a organização do ano lectivo 2011/2012; novo modelo de avaliação de desempenho docente

- **Apreciação e votação**

8. Calendarização das actividades e propostas de programa a desenvolver até ao final da sessão legislativa pelos grupos de trabalho e relatores das áreas temáticas

- **Apresentação**

9. Petição nº 122/XI/2ª - FENPROF - Pela organização de concursos de colocação de professores dos ensinos básico e secundário e de educadores em 2011 – 17h00

- **Audição dos Peticionários**
- **Deputada Relatora:** Teresa Damásio - PS

10. Petição nº 121 /XI/2ª - Associação de Empresas de Ginásios e Academias de Portugal - Solicitam o IVA à taxa reduzida para as actividades desportivas – 18h00

- **Audição dos Peticionários**
- **Deputado Relator:** Paulo Cavaleiro - PSD

11. Outros Assuntos

12. Data da próxima reunião

18 de Janeiro de 2011 – 16h00

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

O Senhor Deputado Miguel Tiago (PCP) solicitou a antecipação do ponto 8 para ponto 5.

Com esta alteração, a proposta de Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade dos deputados presentes do PS, PSD, CDS-PP, BE e PCP, registando-se a ausência do PEV.

2. Aprovação de acta

A acta da reunião anterior foi aprovada por unanimidade dos deputados presentes do PS, PSD, CDS-PP, BE e PCP, registando-se a ausência do PEV.

3. Comunicações do Presidente

3.1. O Senhor Presidente comunicou que, em substituição da Deputada Manuela de Melo, passará a integrar a Comissão a Senhora Deputada Maria Helena Rebelo (PS), a quem apresentou cumprimentos e votos de um bom trabalho.

3.2. Informou também que entrou na Comissão o pedido de parecer da Comissão de Orçamento e Finanças sobre a Conta Geral do Estado 2009, que deverá ser entregue até 31 de Janeiro. Nesta sequência, a apreciação do parecer foi agendada para a reunião de 25 de Janeiro, cabendo ao PS a indicação do relator.

3.3. Lembrou ainda que se encontram agendadas, para o dia 12 de Janeiro, reuniões com as entidades abaixo indicadas, que serão abertas a todos os deputados que entendam estar presentes:

11h00 – Audiência à União Profissional dos Ópticos e Optometristas;

12h00 - Audição à Universidade do Minho (sobre formação na área da Optometria)

3.4. No que se refere à questão dos técnicos superiores doutorados com funções de investigador, informou que se regista uma divergência entre os números apresentados pelos Laboratórios do Estado, pelo Fórum dos respectivos Conselhos Científicos e pelos técnicos superiores recebidos na Comissão.

Foram, entretanto, solicitados novos esclarecimentos ao Instituto Ricardo Jorge, à Universidade Técnica de Lisboa e ao Governo Regional da Madeira.

A continuação da discussão dos Projectos de Resolução nºs. 301 (PCP), 317 (BE) e 318 (CDS-PP) ocorrerá na reunião de 18 de Janeiro.

3.5. Comunicou, por último, que a audição do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, inicialmente prevista para o dia 3 de Fevereiro (5ª feira), terá lugar no dia 2 de Fevereiro, às 10h00.

4. Projecto de Lei nº 462/XI, do CDS-PP - Regime relativo ao financiamento dos estabelecimentos de ensino particulares e cooperativos, que procede à 5ª alteração ao Decreto-Lei nº 553/80 (Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo).

Na sequência da discussão ocorrida na anterior reunião, sobre esta matéria, o Senhor Deputado José Manuel Rodrigues (CDS-PP) considerou que o Projecto de Lei nº 462/XI se encontra ultrapassado, por força da publicação do Decreto-Lei nº 138-C/2010, que resultou, salientou, das negociações entre o Governo, as entidades do sector e, eventualmente, a Presidência da República.

Referiu ainda que a Portaria entretanto publicada – 1324-A/2010 – contraria o espírito do Decreto-Lei, pelo que o problema não reside hoje no plano legislativo, mas nos valores de referência dos contratos de associação. A este propósito, anunciou que o seu Grupo Parlamentar apresentou já um Projecto de Resolução, no sentido da alteração dos valores de financiamento aos Contratos de Associação, tendo por base os custos dos alunos nas escolas propriedade do Estado.

Nesta sequência, propôs o cancelamento deste processo, entendendo que se verifica uma situação de inutilidade superveniente do mesmo.

Assim, foi decidido, por consenso dos Deputados presentes do PS, PSD, CDS-PP, BE e PCP, comunicar ao Senhor Presidente da Assembleia da República o entendimento da Comissão de que se verifica a inutilidade da apreciação do Projecto de Lei, devendo o mesmo ser cancelado.

5. Calendarização das actividades e propostas de programa a desenvolver até ao final da sessão legislativa pelos grupos de trabalho e relatores das áreas temáticas

Foram apreciadas e aprovadas as propostas de calendarização das iniciativas dos seguintes Grupos de Trabalho e Relatores, bem como dos respectivos programas indicados abaixo:

Grupo de Trabalho dos Currículos dos Ensinos Básico e Secundário
Audições de especialistas

Conferência – Março
Visita à Escola da Ponte

Grupo de Trabalho do Desporto

Conferência sobre o ciclo de preparação olímpica 2012 – 18.Abril
Conferência sobre financiamento do sistema desportivo – 31.Maio
Visita a Lagos (data a indicar)

Grupo de Trabalho do Ensino Especial

Conferência sobre Educação Especial – 22.Fevereiro (Programa distribuído)
Audição sobre Educação Especial – 05.Abril (Programa distribuído)
Visitas: 10 e 17 de Maio

Relator da Juventude

Audição Parlamentar “Políticas de Juventude” – 12. Fevereiro (Programa distribuído)
Audição do Secretário de Estado sobre Políticas de Juventude
Colóquio da emancipação juvenil

Relator da Ciência

Plano de Actividades Ciência II - Janeiro – Julho 2011
Discussão de peritos em 27/Junho e 04/Julho 2011
Conferência em Dezembro 2011
Indicação próxima dos temas a tratar e grupos de trabalho

Relator da Administração e Gestão Local de Educação

Conferência sobre a Transferência de Competências para os Municípios
14 de Março 2011 (Programa distribuído para aprovação)
Visitas – 3 e 4 de Maio – lista de escolas a indicar proximamente

Interveio, de seguida, o Senhor Deputado Miguel Tiago (PCP) que, na sequência de um documento que distribuiu no início da reunião, apresentou uma proposta de realização de uma audição parlamentar aberta à participação dos Conselhos Científicos e Direcções dos Laboratórios do Estado, investigadores e técnicos, incluindo bolseiros e estruturas representativas, no sentido de avaliar as políticas de Ciência e Tecnologia, no que aos Laboratórios do Estado diz respeito, como também as condições em que estes têm funcionado.

O Senhor Deputado Bravo Nico (PS) considerou que a Comissão deve acolher esta proposta, no âmbito do relatório sobre Ciência.

Reconhecendo, igualmente, o mérito da proposta, o Senhor Deputado José Ferreira Gomes (PSD) adiantou que se encontra, neste momento, a estabelecer contactos para a operacionalização do programa de trabalho para este ano. Adiantou ainda que apresentará, na próxima reunião da Comissão, uma proposta de temas para discussão e respectiva calendarização, pelo que, na altura, se avaliará se a mesma satisfaz as pretensões expostas na proposta do PCP.

6. Petição nº 124/XI/2ª - Associação Nacional de Apoio Terapêutico - Solicita que a Segurança Social tome medidas adequadas, conforme à lei e uniformizadas no tocante à atribuição do subsídio de educação especial /art.º 13º n.º2 alínea a) do Decreto-Regulamentar n.º 14/81, de 07 de Abril)

Analisada a nota de admissibilidade, a Comissão deliberou admitir a petição, por unanimidade dos deputados presentes do PS, PSD, CDS-PP, BE e PCP, registando-se a ausência do deputado do PEV. Cabe ao CDS-PP a indicação do relator.

7. Requerimento do CDS-PP – Audição da Ministra da Educação para prestar esclarecimentos sobre o futuro das Escolas com Contrato de Associação

O Senhor Deputado José Manuel Rodrigues (CDS-PP) apresentou o requerimento, referindo que o problema reside na portaria que materializou o Decreto-Lei 138-C/2010, que defraudou as escolas de ensino particular e cooperativo, pondo em causa inúmeros contratos de associação e ameaçando a sobrevivência de muitos estabelecimentos de ensino.

O Senhor Deputado Bravo Nico (PS) referiu que o Seu Grupo Parlamentar não se oporá à audição da Ministra da Educação, lembrando que o PS tinha razão ao invocar, em Plenário, a extemporaneidade do Projecto de Lei do CDS-PP.

A Senhora Deputada Vânia Jesus (PSD) chamou a atenção para o facto de o PSD ter questionado a oportunidade e o método utilizado pelo CDS-PP, no momento em que decorriam as negociações entre os vários intervenientes. Adiantou ainda que o financiamento agora estabelecido na Portaria põe em causa o funcionamento de muitas escolas, pelo que considerou oportuna a apresentação do requerimento. Questionou ainda o CDS-PP no sentido de saber se pensa apresentar uma Apreciação Parlamentar, adiantando que essa questão está a ser ponderada pelo PSD.

O Senhor Deputado Miguel Tiago (PCP) transmitiu nada ter a opor em relação ao proposto no requerimento, entendendo que, estando prevista a audição regimental da Ministra da Educação para o dia 29 de Março, seria oportuno ouvir a Senhora Ministra sobre as questões da actualidade.

A Senhora Deputada Ana Drago (BE) comunicou nada ter a opor em relação à proposta apresentada no requerimento.

O Senhor Deputado Bravo Nico (PS) considerou inadequado confrontar, em simultâneo, o requerimento com a possibilidade de apresentar uma apreciação parlamentar.

Por último, o Senhor Deputado José Manuel Rodrigues considerou que a Comissão deverá ouvir a Senhora Ministra e, posteriormente, ponderar-se-á a apresentação da apreciação parlamentar.

Submetido a votação, o requerimento foi aprovado, com os votos favoráveis do PSD, CDS-PP, BE e PCP e com a abstenção do PS, tendo-se registado a ausência do PEV.

8. Requerimento do BE – Audição da Ministra da Educação na Assembleia da República, em sede da Comissão Parlamentar de Educação e Ciência, para prestar os devidos esclarecimentos relativos a: à Resolução n.º 101-A/2010; o projecto de Decreto-Lei sobre alterações curriculares; o projecto de despacho sobre a organização do ano lectivo 2011/2012; novo modelo de avaliação de desempenho docente

A Senhora Deputada Ana Drago (BE) apresentou o requerimento, considerando que as questões nele apontadas são estruturantes e com graves impactos no sistema educativo.

A Senhora Deputada Vânia Jesus (PSD) entendeu que estas matérias são importantes, considerando, portanto, a pertinência do requerimento.

Posto a votação, o requerimento foi aprovado, com os votos favoráveis do PSD, CDS-PP, BE e PCP e com a abstenção do PS, tendo-se registado a ausência do PEV.

Foi decidido propor à Senhora Ministra a realização de uma só audição, com uma grelha de tempos com duas rondas, sendo que a primeira, reservada à temática do requerimento do CDS-PP) será mais curta.

9. Petição nº 122/XI/2ª - FENPROF - Pela organização de concursos de colocação de professores dos ensinos básico e secundário e de educadores em 2011 – 17h00

Em representação da FENPROF estiveram presentes os professores Mário Nogueira, João Loureiro, Victor Miranda, Jorge Simão e Júlia Vale, que justificaram a apresentação da Petição com a decisão de não desistirem da realização do concurso em 2011, invocando, para tal 4 razões:

- A necessidade de estabilizar o exercício profissional da docência, num sector em que cerca de 30% são trabalhadores precários, a que acrescem os 100% de docentes contratados para as Actividades de Enriquecimento Curricular;
- A possibilidade de milhares de docentes, impedidos de concorrer em 2009, serem agora candidatos à mobilidade inter-escolas;
- A enorme necessidade que as escolas têm de contar com um corpo docente estável, existindo escolas com departamentos praticamente completos de professores contratados; e
- O facto de considerarem que os compromissos políticos devem ser honrados, sendo que a realização deste concurso corresponde a um compromisso assumido pelo ME em Janeiro de 2010.

Afirmaram ainda que o que se pretende é que os grupos parlamentares cheguem a um entendimento e avancem com uma iniciativa legislativa que garanta a realização de um concurso em 2011 para ingresso e mobilidade nos quadros.

Pronunciaram-se ainda em relação à publicação da Resolução nº 101-A, ao Projecto de Decreto-Lei sobre as alterações curriculares e ao projecto de despacho sobre a organização do ano lectivo 2011/2012, prevendo-se que o Governo possa dispensar entre 30 a 40 mil professores do sistema. Esta situação, afirmaram, será insustentável para os professores e para as escolas, que disporão de menos apoios financeiros, menos apoios sociais, menos horas e menos recursos humanos.

Questionaram ainda os Deputados sobre o resultado das Apreciações Parlamentares relativas ao Estatuto da Carreira Docente, apresentadas pelo BE e pelo PCP.

Intervieram, de seguida, os Senhores Deputados Miguel Tiago (PCP), Ana Drago (BE), José Manuel Rodrigues (CDS-PP), Amadeu Albergaria (PSD) e Paula Barros (PS), que apresentaram as posições dos respectivos grupos parlamentares, bem como as diligências tomadas e a tomar sobre esta matéria.

A Senhora Deputada Teresa Damásio (PS), relatora da Petição, questionou ainda a FENPROF sobre o número de professores que estarão nestas condições.

Os representantes da FENPROF afirmaram desconhecer o número exacto de contratados, estimando que existem actualmente 30.000, metade dos quais a suprir necessidades permanentes do sistema. Assim, consideram que a escola pública está ameaçada e que sem estabilidade do pessoal docente, não existirá, seguramente, qualidade.

Lembraram ainda que o acordo celebrado com o Governo, em 2008, não referia a realização do concurso, encontrando-se este previsto apenas na acta negocial.

A gravação da audição, bem como a documentação entregue pela FENPROF, encontram-se disponíveis na página da Comissão, na Internet.

10. Petição nº 121 /XI/2ª - Associação de Empresas de Ginásios e Academias de Portugal - Solicitam o IVA à taxa reduzida para as actividades desportivas – 18h00

Para efeitos de audição dos peticionários, a Associação de Empresas de Ginásios e Academias de Portugal (AGAP) fez-se representar por Armando Manuel Guedes dos Santos Moreira, José Luís Mendes de Carvalho Costa, José Júlio dos Santos Vale Castro e Ana Maria Ramos Coelho do Lago Paulino.

O presidente da AGAP fez o enquadramento da matéria, referindo a representatividade da Associação, que tem 730 associados e a importância das actividades desportivas no bem-estar da população.

Deram ainda ênfase ao facto de o serviço de disponibilização de espectáculos, provas, manifestações desportivas e outros divertimentos públicos estar sujeito a uma taxa de IVA de 6%, o mesmo acontecendo com as actividades físicas sem acompanhamento, enquanto as restantes são tributadas a 23%.

Solicitam ainda respeito pela lei da concorrência, sendo que há operadores que estão isentos de IVA - Câmaras Municipais que explorem piscinas, por exemplo – e outros que estão sujeitos à taxa de 6% - caso das empresas municipais com instalações desportivas – que realizam os investimentos com dinheiro público, dos impostos, e vendem os seus serviços sem IVA ou com taxas mais baixas.

A Dr.ª Ana Paulino fez referência ao estudo em que concluem que o aumento das receitas resultante da passagem do IVA para 23% não compensa o aumento dos encargos sociais que daí resultarão, defendendo que o aumento do imposto será reflectido nos preços ao cliente, gerando diminuição da actividade das empresas do sector ou então não haverá aumento de preços mas diminuição das despesas internas, nomeadamente com despedimento de pessoal.

Interveio depois o deputado Artur Rego (CDS-PP) que referiu que os ginásios permitem combater a obesidade, fazer exercício físico e limitar o isolamento das pessoas, nomeadamente as da terceira idade. Discordou também da divergência de taxas entre os bilhetes para assistir a espectáculos e a prática de actividades desportivas. Nesta sequência informou que o CDS-PP vai apresentar oportunamente uma iniciativa sobre esta matéria.

A deputada Luísa Santos (PS) referenciou que embora os ginásios promovam a saúde, prestam um serviço e como tal estão sujeitos às taxas normais de IVA, tendo lembrado que em 2008 a taxa das actividades físicas baixou para 6%, mas muitos ginásios não diminuíram os seus preços. Questionou ainda maior clarificação sobre as actividades desta área que estão sujeitas à taxa de 6% e as que são tributadas com 23%.

O deputado Paulo Cavaleiro (PSD), relator da petição, evidenciou que o Governo distingue agora as taxas aplicáveis à prática desportiva sem acompanhamento (6%) das da actividade que tem acompanhamento (23%) e que esta distinção vai contra a actividade do sector, referindo ainda que as actividades municipais nestas áreas parecem passar para 23%. Pronunciou-se ainda no sentido de que podia ter-se ponderado a passagem para a taxa intermédia.

Os representantes da AGAP referiram depois que a diminuição da taxa do IVA em 2008 não gerou uma diminuição total dos preços – entre outras razões porque muitas empresas aproveitaram para fazer investimentos, que aliás ainda estão a pagar - embora isso se tenha verificado em muitas delas, tendo-se registado em termos globais uma diminuição de preços de 13%.

Esclareceu depois que as diferenças de taxa para as actividades desportivas com e sem acompanhante estão previstas num ofício circulado do Ministério das Finanças de Janeiro de 2006, e que defendem a sua manutenção em vigor, já tendo pedido esclarecimentos sobre essa matéria ao Secretário de Estado da Administração Fiscal, não obstante entendam que o mesmo gera confusão.

Por último voltou a realçar a importância das actividades físicas para a saúde e a energia dos cidadãos e a diferença de taxas de IVA para os que vêm desporto e para os que o praticam e bem assim para as empresas privadas e para as municipais. Fez ainda apelo à necessidade de comparação com o regime adoptado noutros países, nomeadamente na Espanha.

11. Outros Assuntos

12. Data da próxima reunião

18 de Janeiro de 2011 – 16h00

Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada, dela se lavrando a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será assinada.

Palácio de São Bento, 11 de Janeiro de 2011

O Presidente

Luiz Fagundes Duarte



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

FOLHA DE PRESENÇAS

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Amadeu Soares Albergaria
Ana Drago
Bravo Nico
Emídio Guerreiro
José Ferreira Gomes
José Manuel Rodrigues
Luiz Fagundes Duarte
Manuel Mota
Margarida Almeida
Maria Helena Rebelo
Miguel Tiago
Paula Barros
Pedro Rodrigues
Rosalina Martins
Teresa Damásio
Vânia Jesus
Conceição Casa Nova
José Moura Soeiro
Maria Luísa Santos
Paulo Cavaleiro

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Heloísa Apolónia
João Prata
Michael Seufert
Raquel Coelho

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

João Sequeira
Nuno Araújo
Sofia Cabral